

ESTRATÉGIA

Consórcio de imóveis e veículos no Bradesco

"Vamos entrar no mercado para disputar a liderança", diz o presidente do banco, Márcio Cypriano.

A-26

INFLAÇÃO

Fatores de pressão levam à revisão de projeções

A-4

CONGRESSO

Rio é a capital do petróleo por cinco dias

A-24 e A-25

PETROQUÍMICA

Temporada de fusões e descredenciamentos

A-5

DELFIN NETTO

Dependência externa, o desafio do futuro governo

A-31

SAÚDE

O risco de uma simples torção virar lesão

A-28

ARTES

Grupo Corpo leva paixão ao balé Santagustin

O-1

ÍNDICE

Economia	24 a 44	
País	15 a 20	
Boa de Investir	22	
Universidade Aberta	23	
Emprego	24 a 25	
Empreendedor	26 a 27	
Tecnologia e Saúde	28 a 29	
Quilombo	30 a 31	
Mulheres	32	
Arte e Cultura	33	
Mélio Adão/Vampiro/Boles	34 a 35	
Suas Contas	36 a 37	
Aquecimento	38	
Carreiras/Gerência	39 a 40	
Jornal do Espírito	41	
Internet & Cia	42	
Bureau de Justiça	43	
Indicações	44 a 45	
Seu Negócio	46	
Artes e Esportes	47 a 48	

ASSINATURAS

Rio de Janeiro: 25 10-2239/25 10-3415

Demais localidades: 0800-224000

ATENÇÃO AO LEITOR

2223-8551/2510-2627

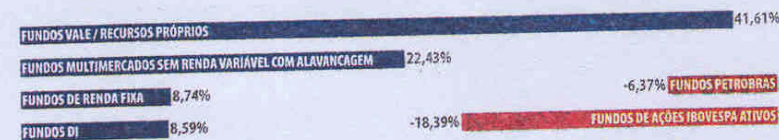
FAX

2223-8562

RECADOS GRÁFICOS

2516-5731

www.jornalcommercio.com.br



SEU DINHEIRO Vinte analistas sugerem carteiras para aplicação de R\$ 50 mil

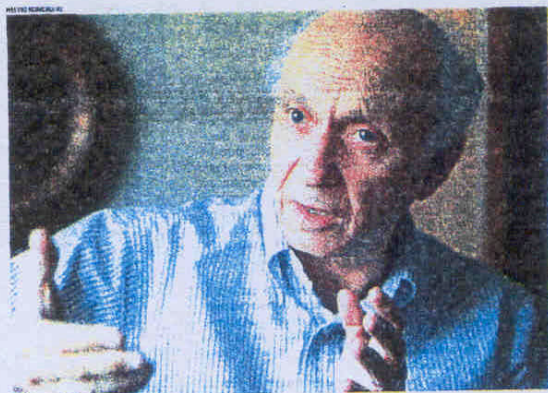
Renda fixa e DI, os fundos mais indicados

Qual o melhor fundo de investimento para aplicação de R\$ 50 mil? – foi a pergunta do jornal do Commercio a 20 especialistas. Os mais indicados foram os fundos de renda fixa e referenciados DI, que apresentaram boa rentabilidade em agosto, superior à dos CDBs. A expectativa de redução da taxa básica de juros favorece as aplicações em títulos

prefixados – caso dos CDBs e de fundos de renda fixa com esses papéis em carteira – e em renda variável – caso dos fundos de ações e multimercados. É preciso atenção na aplicação em CDB. A possibilidade de queda da Selic tem levado os bancos a pagar as mesmas taxas para 30 e 90 dias, sem favorecer a aplicação de maior prazo. B-1 a B-4

PARA EVITAR O CAMINHO DO DESASTRE

O Brasil precisa crescer a taxas elevadas para diminuir o desemprego, melhorar a distribuição de renda e conter a expansão da dívida interna. Mas se o próximo presidente quiser manter superávits elevados no orçamento, não será possível crescer e o País voltará a mergulhar numa crise. Esse é o caminho do desastre, afirma o embaixador Rubens Ricupero, ex-ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco, atual secretário da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), sempre citado nas listas de ministros de um eventual governo Lula. A-20

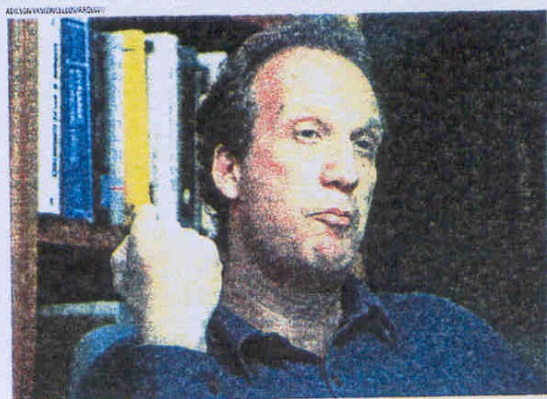


O Brasil precisa de um pacote econômico com credibilidade, acoplado a um projeto social. Isso deve ser levado ao FMI pelo futuro governo. O País tem pobreza e má distribuição de renda em alto grau.

NA A-7, CÍCERO SANDRONI E AS IDÉIAS DE RÍCUPERO PARA MUDAR DE VIDA

PARA ACERTAR O ALVO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Os candidatos à Presidência escolhem mal os alvos das políticas sociais e omitem os perdedores, afirma o chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Marcelo Neri. Em entrevista ao jornal do Commercio, Neri disse que o Governo FHC assistiu os que nunca foram objeto de políticas sociais, os trabalhadores informais das cidades mais miseráveis, mas o erro foi não compensar os grandes excluídos das reformas, os habitantes das regiões metropolitanas. Embora não sejam os mais pobres, são o alvo das promessas de campanha: emprego e segurança. A-2



Se o Índice de Gini (que mede a desigualdade) caísse de 0,60 para 0,54 – índice atual de São Paulo –, a pobreza recuaria 27%. Ao passo que, se a renda per capita crescesse 5% ao ano durante quatro anos, num milagre econômico, a pobreza cairia 17%. Distribuir é muito mais forte no combate à pobreza do que crescer.

PESQUISA

Datafolha confirma empate de Serra e Ciro

Ciro Gomes caiu sete pontos percentuais, desde o início do programa eleitoral, e José Serra subiu seis – os dois estão tecnicamente empatados no segundo lugar, com 20 e 19 pontos, respectivamente, revelou pesquisa Datafolha divulgada neste sábado. A pesquisa confirma tendência anterior, revelada pelo Ibope. Luiz Inácio Lula da Silva mantém a liderança, com 37 pontos; e Anthony Garotinho o último lugar, agora com 10. A-16

CENÁRIOS

Para o dólar cair é preciso maior oferta

A demanda por dólar não vai ceder nos próximos meses. Não há compra especulativa, a oferta é que deve aumentar, diagnostica Marcelo Voss, economista da corretora Arkhe. "Embora a reunião com os bancos estrangeiros haja sido positiva, é preciso que o resultado se expresse em oferta de linhas de crédito", diz o economista. A-3

SEU NEGÓCIO

Os passos para tornar-se franqueador

A formação de uma rede de franquias é um processo complexo, que deve ser acompanhado por uma consultoria, aconselha a Associação Brasileira de Franchising (ABF). B-20

PROPOSTAS

Candidatos não vão reduzir impostos

A reforma tributária ocupa lugar de destaque nos programas dos quatro principais candidatos à Presidência, mas nenhum deles afirma que reduzirá a atual carga de impostos e contribuições cobrada das empresas e das pessoas físicas. A-10



Reservas: 0800 7010098
www.hoteis-ethon.com.br

ECONOMIA

ENTREVISTA

Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV

Para acertar o alvo das políticas sociais

s candidatos, todos dispostos a intervir em diversos setores da economia real, estão escolhendo mal os beneficiários e omitindo os perdedores. A avaliação é do chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcelo Neri. Ele defende políticas de incentivo a pequena empresa e ao setor de serviços – que emprega 32% dos chefes de família no Brasil – e cortes de benefícios sociais para servidores e aposentados do setor público. Neri comemora a adesão dos candidatos à ideia de metas sociais, que já vem defendendo há algum tempo, mas defende que elas recebam tanta atenção quanto as metas econômicas. Ele diz que as metas não devem ser usadas somente para mobilizar sociedade e Governo. Podem servir também como contrapartida na liberação de recursos financeiros a Estados e municípios, por exemplo, seguindo o conceito de crédito social.

Defensor ferrenho do Projeto Alvorada, Neri afirma que o Governo Fernando Henrique teve o mérito de assistir os que nunca foram objeto de políticas sociais, os trabalhadores informais das cidades mais miseráveis do País. O erro foi não compensar os grandes perdedores das reformas e crises, os habitantes das regiões metropolitanas. Embora não sejam os mais pobres, hoje eles são alvo das principais promessas de campanha: emprego e segurança.



MARCOS HECKSHER

JORNAL DO COMÉRCIO – O que o senhor acha da proposta petista de incentivar a produção de bens de consumo de massa?

MARCELO NERI – A década de 90 foi complicada para o trabalho, mas teve grandes avanços para o consumidor. Cresceu muito o acesso a bens de consumo duráveis, até a bens de alto valor como automóvel e televisão. Agora os candidatos direcionam-se mais aos produtores, mas apontam produtores de alta renda como beneficiários de política industrial. Vem discursando de política agrícola, mas muito pouco sobre política de serviços, no qual estão 32% dos chefes de família. Não conheço bem essa proposta do PT, mas sei sobre o Ticket Alimentação, que tenta ser política de renda mínima e, ao mesmo tempo, garantir uma parcela do mercado ao agricultor. Prefiro a renda mínima pura do Eduardo Suplicy. Criar reserva de mercado não é bom para o pobre, que precisa ter liberdade de escolha, em vez de ser induzido a consumir algo. Cesta básica é pior, pois determina os bens a consumir. Melhor é o Bolsa Escola, que dá liberdade de escolha no consumo, mas obriga as famílias a manterem as crianças na escola. Se falta proteção ao produtor político, o camelo, o conta própria, o informal

Como seria essa política de intervenção no setor de serviços?

– Microcrédito, políticas que gerem a formalização, assistência técnica, treinamento e educação são muito importantes nesse segmento. Mesmo nas áreas urbanas, a escolaridade média de pequenos empresários e de 6.º a 8.º ano de estudo, muito baixa até para pais pobres latino-americanos. Nossas políticas, em geral, são do tipo “padrão nórdico”, mas são para o setor formal. Para os informais, só há iniciativas recentes do Ministério do Trabalho e do Sebrae. Dos candidatos, tenho ouvido pouco a respeito. A grande revolução chama-se Projeto Alvorada, que está para a área social assim como o Plano Real está para a econômica. So foi adotado tardiamente, em 2001, e foi muito mal divulgado, mas é interessante. Começa pelos municípios mais pobres, de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), atinge o setor informal, sem incentivar a sonogação, e o critério é técnico, não político.

Fala-se em muita coisa a ser desonerada e estimulada. Quem precisa perder?

– Os segmentos altos e médios da sociedade, que têm programas sociais generosos, os servidores e aposentados do setor público. É preciso estabelecer economia entre inativos do setor público e do INSS, respeitando direitos adquiridos. Na Previdência, os 10% maiores beneficiários se apropriam de 40% dos recursos. É preciso um pacto em torno disso e seria mais fácil discutir se houvesse metas de redução de pobreza. Em época de

eleição, nunca se fala quem paga a conta. Há também uma timidez na discussão de desigualdade na campanha presidencial, porque no combate à desigualdade há vencedores e perdedores. É mais fácil falar de combate à pobreza, pois só se pensa no segmento que ganha, mas o tema também não tem aparecido tanto. Afinal, 35% dos miseráveis tem até 15 anos e não votam. As prioridades são outras: emprego e segurança.

O economista Francisco Ferreira acha injusto ter política tecnológica que favoreça engenheiros quando é preciso educar a maioria. Luiz Gonzaga Belluzzo diz que não adianta formar engenheiro para vender suco. Quem está errado?

– Para qualquer tipo de intervenção social ou econômica é preciso haver uma falha de mercado que a justifique. As maiores falhas estão nos segmentos de baixa renda. Alguns segmentos podem ser favorecidos porque são exportadores, mas é preciso escolher bem e não ter falhas de política que piores a situação. A questão não é se pode ou não proteger a indústria tecnológica. Há casos bem sucedidos no Brasil. Acreditado em incentivos corretos que respeitem a racionalidade das pessoas, que sempre procuram o que é melhor para si. As boas políticas são as que levam isso em conta. A Constituição garante direitos, mas não processos que os viabilizem e levem os agentes a atingir objetivos. É importante premiar os atores apólos dos casos eles avançam. Esta é a proposta do crédito social. Um exemplo é o perdão de dívidas de países pobres ou de Estados e municípios brasileiros. O aporte de crédito deve ser dado caso avancem. Assim, a mesma lição dada segunda pelo Bolsa Escola para as famílias seria estendida a regiões inteiras.

Com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a contrapartida fundamental nunca é social, mas sim o superávit primário, e o economista Fábio Giambiagi diz que deve haver metas sociais, mas subordinadas às econômicas. O que o senhor acha?

– Eu discordo. Elas devem estar no mesmo nível. Toda a moderna teoria econômica mostra que o principal fator de crescimento é o capital humano, ou seja, investir nas pessoas. Não digo “vamos combater a pobreza” ou “o econômico que se exploda”. Tenho observado nos programas dos candidatos uma adesão às metas sociais, mas não se discute como vão ser atingidas e para que servem. São só para campanha – eleitoral ou de mobilização, como as de planejamento.

Críticos do Governo dizem que o modelo é concentrador, pois aumenta carga tributária e custo de crédito à produção, transferindo recursos aos rentistas. As políticas sociais lançadas, do tipo Banco Mundial, associam a mordida?

– A última geração de políticas sociais, o Alvorada, que não assume os custos da criação

‘Criar reserva de mercado não é bom para o pobre, que precisa ter liberdade de escolha, em vez de ser induzido a consumir algo’

economia. Ele atende os que nunca foram objeto de política e nem perderam nas crises. A principal falha foi que os perdedores das crises e reformas, os habitantes das áreas metropolitanas, não foram compensados. Não houve rede de proteção social para esse segmento, que perdeu mesmo. Na primeira onda de crises externas, a renda do trabalho nas áreas metropolitanas caiu 4,5% ao ano. A renda “não-trabalho” cresceu 6,5% ao ano nas áreas não metropolitanas e 2% nas metropolitanas. O mesmo cenário se observa em 2001 e 2002, mas as míseras políticas voltadas a esses perdedores foram as recentes restituições de créditos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e uso de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para exportação e microcrédito.

Então a falha foi não associar, mas a mordida foi certa?

– Prefiro a analogia de que se fez uma cirurgia sem anestesia nem pós-operatório e é preciso um tratamento de reabilitação. O Brasil seguiu a Bíblia das reformas de maneira muito ortodoxa. Reformas geram perdas mais fortes no início – para o operário paulista ou o servidor carioca – e ganhos ao longo do tempo. O certo seria compensar os antes quando parte dos ganhos e negos quando ainda mais razoáveis para o futuro. Em geral, eles têm experiência e educação acima da média, mas precisam se reinventar no novo sistema, pois abriam se a economia e o mundo mudam. O operário precisa de crédito e oportunidade para se reinventar em serviços. Precisa de regularização im-

diária urbana.

Fato notável é que a pobreza nacional não aumentou no período de crises. De 1996 a 1999, a taxa de miséria caiu 0,57% ao ano, quase estável. Os segmentos médios e altos perderam, mas os mais pobres tiveram universalização da previdência rural, aumento do salário mínimo, frentes de trabalho contra a seca. O mesmo aconteceu em 2001 e 2002. Hoje, toda a campanha está voltada a problemas metropolitanos: violência e desemprego. No campo, falta e qualidade do emprego. Os fluxos migratórios mudaram. No campo, 0,8% da população chegou há menos de um ano. Nas grandes cidades, a taxa de imigração é quatro vezes menor, sinal de perda de atratividade. De 1996 a 1999, a renda dos 50% mais pobres do País aumentou 0,8% ao ano, enquanto a da classe média e alta caiu mais de 2% ao ano.

Então por que não caiu a desigualdade?

– Na verdade, caiu muito pouco, porque é um fenômeno difícil. Entre 1991 e 2000, o Índice de Gini (que mede a desigualdade) caiu de 0,63 para 0,60. Se o do Brasil caísse para 0,54 – índice atual de São Paulo –, a pobreza cairia 27%. Ao passo que, se a renda per capita crescesse 5% ao ano durante quatro anos, num milagre econômico, a pobreza cairia 17%. Distribuir e muito mais forte no combate à pobreza do que crescer. Uma política correta e simples, o reajuste diferenciado do salário mínimo para os beneficiários da Previdência. Os menores benefícios têm reajustes maiores e o custo fiscal é menor.

Qual o melhor modelo para a Previdência e como fazer a transição?

– O melhor sistema é o de capitalização no qual cada contribuinte escolhe quem vai administrar seus recursos e sabe que eles vão se destinar à própria aposentadoria. Sem isso, continuará aumentando a informalidade, que já representa 62% do setor privado. A transição deve respeitar direitos adquiridos, migrar para um sistema de capitalização e separar dos benefícios previdenciários os assistenciais, como aposentadoria rural.

Separaria para acabar?

– Não, mas é importante haver a discussão. Excluídos os gastos assistenciais, a Previdência hoje não é deficitária, embora a tendência demográfica aponte para o déficit no futuro. O aposentado rural está na economia na minha hierarquia de prioridades, mas eu priorizo as crianças ainda mais acima, porque elas são mais pobres. Acho uma grande injustiça termos uma Bolsa Escola federal de R\$ 15 e uma aposentadoria rural de R\$ 200. Para a transição, há o modelo chileno, que tem um custo altíssimo, múltiplo do Produto Interno Bruto (PIB), mas que precisaria ser enfrentado. A adoção do fator previdenciário foi ininteligente. Não resolveu o problema, mas ajudou a respirar.